



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 - UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

**NÍVEL E (Nível Superior)
MÉDICO / Área: CLÍNICA GERAL**

13 de maio de 2018

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Reencarnação

1 Em sua última vida (ao menos das que tivemos notícia), Peter Hulme era um simples funcionário
2 de bingo em Birmingham, Inglaterra. No entanto, ele vivia às voltas com um sonho recorrente e dramático:
3 nele, soldados que pareciam vindos do passado atacavam um castelo sempre inacessível. Hulme não
4 nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões. Em busca de uma
5 resposta, nos anos 90, submeteu-se a sessões de hipnose. O resultado foi inusitado: concluiu que também
6 tinha sido John Raphael, soldado escocês servindo a certo capitão Leverett na Escócia do século 17.

7 Parecia uma fantasia, mesmo porque inexistiam registros históricos de uma batalha na região e
8 nas circunstâncias descritas por Hulme. Investigando por conta própria, ele e seu irmão Bob encontraram
9 indícios da existência do castelo e, empolgados, resolveram viajar à Escócia em busca de provas. Contra
10 todas as expectativas, recuperaram resquícios de batalha no local apontado por Hulme – e, mergulhando
11 em documentos antiquíssimos, acharam documentos que comprovam a existência de um capitão Leverett
12 e do próprio John Raphael. Com base nesses indícios, Peter Hulme afirmou até o fim da vida que suas
13 memórias eram genuínas e ele era, de fato, a reencarnação de um soldado escocês. O caso de Hulme não
14 está acima de dúvidas: historiadores apontam inconsistências e contradições nas memórias do suposto
15 reencarnado. Mas o relato ilustra uma situação que ainda intriga a ciência: pessoas que juram recordar
16 experiências de vidas passadas, em detalhes às vezes desconcertantes para os cientistas.

17 A ideia de uma consciência que sobrevive à morte e reencarna em novos corpos é quase tão antiga
18 quanto a fé em divindades e surgiu de forma independente em inúmeras culturas ao redor do planeta. De
19 todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil. A ideia está tão arraigada nas crenças
20 hinduístas e budistas que, em lugares como Índia e Sri Lanka, a reencarnação é vista como algo quase
21 natural. Não é à toa que surgem de lá muito dos casos considerados mais sólidos pelos pesquisadores do
22 tema – como o de Swarnlata Mishra, que desde os 3 anos recordava com riqueza de detalhes a vida de
23 outra pessoa, chamada Biya e morta quase uma década antes.

24 A naturalidade com que Swarnlata tratava os integrantes de sua “outra” família, ao ponto de
25 mencionar apelidos íntimos de gente que não conhecia pessoalmente, fez com que o caso virasse um
26 clássico e deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje. Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela
27 da população acredita em reencarnações, um interesse que aumentou em alguns países após o surgimento
28 do espiritismo na França do século 19. Na Europa Ocidental, dados de 2006 apontam que 22% pensam
29 que a reencarnação é uma realidade, enquanto nos EUA pesquisas falam em 20 a 25% de crença em vidas
30 passadas. Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração, e
31 manifestações religiosas recentes, como a cientologia, também levam as vidas passadas como parte de
32 suas crenças.

33 A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo. A maioria dos cientistas trata os relatos de
34 vidas passadas como frivolidades, frutos de autoindução ou fraudes. Além disso, não existe nenhum indício
35 científico de que a “alma” exista ou de que ela possa sobreviver à morte do corpo (ela existiria de que forma
36 entre uma encarnação e outra?). Mas é claro que alguns pesquisadores pensam diferente. Um dos mais
37 destacados foi o psiquiatra Ian Stevenson, que dedicou mais de 40 anos ao estudo de quase 3 mil relatos
38 de crianças ao redor do mundo. De acordo com Stevenson, a maioria das recordações infantis sobre vidas
39 passadas envolve mortes violentas, com relatos iniciando entre 2 a 4 anos e quase sempre desaparecendo
40 antes da adolescência. Ele também estudou sinais de nascença e tumores, dizendo que podiam relevar
41 ferimentos sofridos em vidas anteriores. Em um estudo de 1992, Stevenson cita 49 casos onde foram
42 localizados documentos médicos de pessoas que as crianças diziam ter sido em vidas anteriores. De
43 acordo com o pesquisador, a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos
44 reencarnados seria no mínimo satisfatória em 43 desses casos, 88% do total. No entanto, o próprio
45 Stevenson admitia uma grave lacuna: seus estudos não mostram como seria possível uma consciência
46 sobreviver à morte física e ingressar no corpo de outra pessoa. Seus livros são alvos de muitas críticas,
47 que vão desde análise tendenciosa dos dados até uso de fontes não confiáveis, que já acreditavam em
48 reencarnação antes dos supostos casos na família. Ou seja, não existiria evidência de reencarnação além
49 de depoimentos dos próprios reencarnados ou de indícios que, mesmo intrigantes, podem ser meras
50 coincidências.

51 Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência. É o
52 caso, por exemplo, da xenoglossia, uma capacidade súbita que algumas pessoas manifestam de falar, com
53 diferentes graus de fluência, línguas que deveriam desconhecer. Um dos casos mais marcantes é o de Iris
54 Farczády, uma húngara de 16 anos que, no ano de 1933, passou a agir como uma espanhola de 41 anos
55 chamada Lucía, morta anos antes. A suposta reencarnada esqueceu o húngaro natal e passou a falar
56 espanhol fluente, nunca mais recuperando sua personalidade anterior. O caso está registrado no livro

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

57 *Paranormal Experience and Survival of Death* (“Experiência paranormal e sobrevivência da morte”, sem
58 tradução para o português), de Carl Becker, professor de ética médica da Universidade de Kyoto. Para a
59 maioria dos cientistas, a história de Iris (ou Lucía) não passa de mais um caso de almanaque, mas há quem
60 acredite que a comprovação científica da xenoglossia seria a prova definitiva de que a reencarnação é uma
61 realidade. É viver (uma ou mais vezes) para crer.

NATUSCH, Igor. *Reencarnação. Dossiê Superinteressante - Sobrenatural: o lado oculto da realidade.*

Edição 383-A, dez. 2017.

- 1 O texto de Igor Natusch aborda a “reencarnação” sem, contudo, se comprometer com a sua existência. Verifica-se esse fato em trechos como
- (A) “*Hulme não nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões.*” (linhas 3 e 4)
 - (B) “*De todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil.*” (linhas 18 e 19)
 - (C) “*Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela da população acredita em reencarnações...*” (linhas 26 e 27)
 - (D) “*Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração...*” (linha 30)
 - (E) “*Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência.*” (linha 51)
- 2 Em relação à ciência, infere-se da leitura do texto que
- (A) todos os cientistas duvidam da existência da reencarnação.
 - (B) nenhum cientista se dedica a pesquisar esse assunto.
 - (C) todos os fatos alegados como prova da reencarnação são passíveis de serem refutados pela ciência.
 - (D) os indícios de vidas passadas, como sinais de nascença e tumores, são provas científicas da reencarnação.
 - (A) a xenoglossia é prova definitiva de que a reencarnação é uma realidade.
- 3 De acordo com o texto, a crença em reencarnação
- (A) é recente na história da humanidade.
 - (B) é rejeitada por hinduístas e budistas.
 - (C) não encontrou espaço no mundo ocidental.
 - (D) é antiga e surgiu de forma independente em diferentes culturas.
 - (E) apareceu com o surgimento do espiritismo na França do século 19.
- 4 A palavra que, no texto, pode ser substituída por **enraizado/a (s)** sem prejuízo para o significado é
- (A) recorrente (linha 2).
 - (B) fértil (linha 19).
 - (C) arraigada (linha 19).
 - (D) genuínas (linha 13).
 - (E) físicos (linha 43).
- 5 O trecho “*Contra todas as expectativas, ...*” (linhas 9 e 10) leva a compreender que
- (A) as provas encontradas por Hulme frustraram os espectadores.
 - (B) os achados de Hulme foram de encontro ao que se podia esperar.
 - (C) as provas encontradas por Hulme eram falsas.
 - (D) o resultado da investigação de Hulme foi ao encontro do que era esperado.
 - (E) as descobertas de Hulme estão acima de qualquer suspeita.
- 6 No trecho “*A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo.*” (linha 33), o termo *ceticismo* significa
- (A) crítica.
 - (B) indiferença.
 - (C) comprometimento.
 - (D) certeza.
 - (E) dúvida.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 7 Peter Hulme afirmava ter sido, em vida passada, um/a
- (A) funcionário de bingo.
 - (B) soldado escocês.
 - (C) húngara de 16 anos.
 - (D) capitão escocês.
 - (E) espanhola de 41 anos.
- 8 Há quem acredite que, para comprovar cientificamente a existência da *reencarnação*, a ciência precisaria
- (A) refutar a afirmação de que a alma existe e pode sobreviver à morte do corpo.
 - (B) mostrar que as visões de Peter Hulme eram pura fantasia.
 - (C) provar que as recordações de Swarnlata Mishra eram falsas.
 - (D) mostrar que a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos reencarnados é insatisfatória.
 - (E) comprovar que os casos de *xenoglossia*, como o de Iris Farczády, são verdadeiros.
- 9 Em relação ao aumento de interesse pela reencarnação no mundo ocidental, é correto afirmar que
- (A) decorre do desenvolvimento da cientologia.
 - (B) ocorreu após o surgimento do espiritismo na França.
 - (C) foi ocasionado pela implantação do espiritismo no Brasil.
 - (D) se deu em razão do aumento de crenças em vidas passadas nos EUA.
 - (E) ocorreu em todos os países, uma vez que a reencarnação é vista como algo natural.
- 10 A expressão idiomática *coçando a cabeça*, que aparece no trecho “*deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje*” (linha 26), informa que os cientistas
- (A) continuam duvidando da existência da reencarnação.
 - (B) continuam intrigados com o caso de Swarnlata.
 - (C) consideram impossível comprovar os relatos de Swarnlata.
 - (D) comemoram os resultados das pesquisas sobre reencarnação.
 - (E) ficam surpresos até hoje diante da naturalidade dos relatos de Swarnlata.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – exoneração; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (B) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – falecimento.
 - (C) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 Contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a remoção é o deslocamento do servidor,
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (D) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesse particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor:
- (A) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.
- 14 Além de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, e retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como:
- (A) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII - guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (B) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
 - (C) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
 - (D) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
 - (E) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 15 Em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor público:
- (A) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; VIII – iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; dentre outros.
- (B) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- (C) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (D) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.
- (E) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

- 16 Além da advertência, suspensão e demissão, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras penalidades disciplinares, como:
- (A) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de cargo em comissão.
 - (B) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
 - (C) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de função comissionada.
 - (D) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
 - (E) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- 17 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Para fins deste Decreto, são instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) I – plano bianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; tão-somente.
 - (B) I – plano trianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
 - (C) I – plano semestral de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
 - (D) I – plano anual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
 - (E) I – plano mensal de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
- 18 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outras finalidades, este Decreto contempla o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, que terá por objetivo:
- (A) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, somente.
 - (B) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
 - (C) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e III – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.
 - (D) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
 - (E) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor técnico-administrativo, docente, discente e integrantes da comunidade circunvizinha, para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 19 De acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os seguintes conceitos:
- (A) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal, exclusivamente.
- (B) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VII – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.
- (C) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (D) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (E) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V –

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.

- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. No atendimento aos usuários dos serviços públicos, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas:
- (A) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos congêneres; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
 - (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, exclusivamente.
 - (C) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
 - (D) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
 - (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – sem a necessidade de padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Assinale a assertiva correta.
- (A) A pressão arterial nunca deve ser reduzida precipitadamente, se trombólise é planejada em caso de acidente vascular isquêmico agudo.
 - (B) Em casos de Anafilaxia por picada de inseto, considerar a remoção por compressão do ferrão do inseto, se presente.
 - (C) Como antipirético, a aspirina é eficaz e é preferida porque não mascara sinais de inflamação, não prejudica a função plaquetária e não está associada à síndrome de Reye.
 - (D) A transfusão de concentrado de hemácias é necessária em pacientes que são sintomáticos de doença cardiovascular ou pulmonar quando o nível de hemoglobina é <7 g / dL.
 - (E) Em casos de hemorragia digestiva, na ausência de alterações hemodinâmicas, deve-se realizar endoscopia digestiva alta seguida de colonoscopia; enquanto na presença de alterações hemodinâmicas, anoscopia e sigmoidoscopia flexível.
- 22 Em relação à Embolia Pulmonar (EP), é correto afirmar que
- (A) o nível normal de d-dímero essencialmente exclui a EP em pacientes com baixa a moderada probabilidade de EP.
 - (B) anticoagulantes dissolvem os coágulos existentes na EP diretamente, limitam a formação de trombos e permitem a ocorrência de fibrinólise.
 - (C) condições médicas que reduzem o risco de tromboembolismo venoso incluem câncer e síndrome do anticorpo antifosfolípide.
 - (D) o eletrocardiograma pode mostrar um sinal S1Q3T3 na EP, achado que é frequentemente observado.
 - (E) a EP de baixo risco, que inclui disfunção do ventrículo direito no contexto de pressão arterial sistêmica normal, tem um excelente prognóstico.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 23 Os corticoides inalatórios nos pacientes com DPOC são indicados
- (A) após o diagnóstico pela espirometria.
 - (B) em substituição aos broncodilatadores nos pacientes estáveis.
 - (C) durante exacerbações.
 - (D) quando apresentam 2 ou mais exacerbações ao ano.
 - (E) quando apresentam tosse e produção de escarro por pelo menos 3 meses em 2 anos consecutivos.
- 24 A opção terapêutica antimicrobiana inicial para caso de sepse grave sem uma fonte óbvia, em adultos com função renal normal, usuário de drogas endovenosa, é
- (A) imipenem-cilastatina.
 - (B) cefotaxima.
 - (C) tobramicina.
 - (D) clindamicina.
 - (E) vancomicina.
- 25 Nos pacientes com febre amarela em que o tempo de coagulação for >20 minutos e o INR acima de 1,5 vezes o limite superior de normalidade, é recomendado
- (A) sondagem vesical para controle rígido do volume urinário.
 - (B) aplicação de vitamina K por três dias.
 - (C) punção de veia calibrosa para hidratação e uso de heparina.
 - (D) transfusão de concentrado de hemácias e de plaquetas.
 - (E) administração de sangue total e de plasma fresco congelado.
- 26 Proteinúria é a marca da doença glomerular, e níveis até 150 mg / dl são considerados dentro dos limites normais. Ensaios mais sensíveis podem ser usados para detectar microalbuminúria, que é uma importante ferramenta para triagem de
- (A) infecção urinária.
 - (B) nefropatia diabética.
 - (C) obstrução do trato urinário.
 - (D) pielonefrite.
 - (E) necrose tubular aguda.
- 27 Quanto à quebra de confidencialidade na relação médico-paciente, analise as afirmativas seguintes.
- I A quebra de confidencialidade é éticamente admitida quando um sério dano físico a uma pessoa identificável e específica, tiver alta probabilidade de ocorrência.
 - II A quebra de confidencialidade sempre será considerada atitude antiética.
 - III A quebra de confidencialidade do ponto de vista ético é o último recurso, após ter sido utilizada persuasão ou outras abordagens.

Está(ão) correta(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) I, somente.
- (E) II, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

28 Analise as afirmativas seguintes.

- I É direito do médico indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas cientificamente reconhecidas e respeitada a legislação vigente, exceto para medicações ou procedimentos de alto custo quando financiados pelo poder público.
- II É vedado ao médico recusar-se a realizar atos médicos permitidos por lei, mas contrários aos ditames de sua consciência.
- III É vedado ao médico praticar a Medicina, no exercício da docência, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal.

Está(ão) correta(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) II, somente.
- (E) III, somente.

29 A síndrome de esgotamento profissional (Síndrome de Burnout) é marcada por três características centrais. Quanto a essas características, considere os itens seguintes.

- I Sentimentos de desgaste emocional e esvaziamento afetivo.
- II Reação negativa, insensibilidade ou afastamento excessivo do público que deveria receber os serviços ou cuidados do paciente.
- III Sentimento de diminuição de competência e de sucesso no trabalho.
- IV Queixas persistentes e angustiantes de fadiga aumentada após esforço mental ou queixas persistentes e angustiantes de fraqueza e exaustão corporal após esforço físico mínimo.
- V Dor epigástrica em queimação, com irradiação para a região retroesternal.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II e V.

30 Um técnico de laboratório foi contaminado pelo vírus da hepatite B enquanto manipulava, em um Instituto de Pesquisa, amostra de sangue contaminada. Com base no relato, é correto afirmar que se trata de um(a)

- (A) acidente típico.
- (B) acidente de trajeto.
- (C) incidente.
- (D) doença profissional.
- (E) doença do trabalho.

31 Paciente de 59 anos, no pós-infarto do miocárdio, ocorrido há quatro semanas, refere dor retroesternal de forte intensidade.

Ao exame verifica-se PA 140/100 mmHg, FC 92bpm, SO₂ 97%.

Ausculta cardíaca (AC): ritmo cardíaco regular 3 tempos, presença de atrito pericárdico.

Ausculta pulmonar: murmúrio vesicular presente sem ruídos adventícios.

ECG supradesnivelamento de ST em parede anterior e inferior.

A complicação que este paciente apresenta é

- (A) reinfarto.
- (B) síndrome de Dressler.
- (C) aneurisma do ventrículo esquerdo.
- (D) tamponamento cardíaco.
- (E) síndrome de Tietze.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 32 Paciente de 65 anos, hipertenso mal controlado há 15 anos, iniciou há 6 meses quadro de dispneia aos médios esforços, evoluindo para dispneia aos pequenos esforços, ortopneia, e edema de membros inferiores há cerca de 3 semanas. Assinale a alternativa que contém as medicações que aumentam a sobrevida a longo prazo desta patologia.
- (A) Diuréticos de alça e Betabloqueadores.
 - (B) Inibidores da ECA (Enzima Conversora da Angiotensina) e Diuréticos tiazídicos.
 - (C) Betabloqueadores e Bloqueadores dos canais de cálcio.
 - (D) Diuréticos de alça e Diuréticos tiazídicos.
 - (E) Inibidores da ECA (Enzima Conversora da Angiotensina) e Betabloqueadores.
- 33 Na realização da massagem cardíaca externa durante a ressuscitação cardiopulmonar, a compressão esternal, para ser efetiva, deve ser de
- (A) 2 cm.
 - (B) 3 cm.
 - (C) 4 cm.
 - (D) 5 cm.
 - (E) 6 cm.
- 34 Paciente de 53 anos, cirrótico por álcool e vírus da hepatite C, apresenta, em endoscopia digestiva alta recente, varizes de esôfago de grosso calibre com sinais de cor vermelha (*red spots*). Nega hemorragia digestiva alta prévia. A(s) medida(s) que deve(m) ser tomada(s) como profilaxia de hemorragia digestiva alta é(são)
- (A) uso de propranolol.
 - (B) escleroterapia de varizes esofagianas.
 - (C) uso de propranolol + ligadura de varizes de esôfago.
 - (D) uso de nifedipina + escleroterapia de varizes esofagianas.
 - (E) encaminhamento para esplenectomia.
- 35 Paciente de 25 anos apresenta quadro de febre, icterícia, náuseas, vômitos, por duas semanas. Realiza exames com diagnóstico de hepatite B aguda com replicação viral. O resultado dos exames que corresponde a este diagnóstico é
- (A) HBSAG negativo / HBEAG positivo / ANTI-HBC IGG positivo.
 - (B) HBSAG positivo / HBEAG negativo / ANTI-HBS negativo.
 - (C) HBSAG positivo / HBEAG positivo / ANTI-HBC IGM positivo.
 - (D) HBSAG negativo / ANTI-HBE negativo / ANTI-HBS positivo.
 - (E) HBSAG positivo / ANTI-HBE positivo / ANTI-HBC IGM positivo.
- 36 O exame de rotina que deve ser solicitado para pacientes de ambos os sexos acima de 50 anos de idade para rastreamento de neoplasia é o(a)
- (A) pesquisa de sangue oculto nas fezes.
 - (B) TC de abdome.
 - (C) endoscopia digestiva alta.
 - (D) mamografia.
 - (E) RX de tórax.
- 37 São sinais de sífilis secundária:
- (A) Úlcera de fundo limpo, bordos indurados com adenomegalia satélite, no pênis, região perianal ou outras localizações e Pupila de Argyll-Robertson.
 - (B) *Rash* cutâneo nas palmas e plantas e paraparesia.
 - (C) Ataxia e Linfadenopatia generalizada.
 - (D) Úlcera de bordos finos sem adenomegalia satélite, no pênis, região perianal ou outras localizações e desorientação temporoespacial.
 - (E) *Rash* cutâneo nas palmas e plantas e Linfadenopatia generalizada.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 38 Mulher de 32 anos, portadora de retocolite ulcerativa inespecífica (RCUI) há 1 ano, parou o tratamento há 3 meses, evoluindo há 15 dias com quadro de diarreia intensa (mais de 10 evacuações/dia), mucossanguinolenta, dor abdominal, distensão abdominal e febre. O tratamento indicado é
- (A) sulfametoxazol-trimetropim.
 - (B) metronidazol + metilprednisolona.
 - (C) vancomicina + ceftriaxona.
 - (D) ampicilina + fluconazol.
 - (E) infliximab.
- 39 Paciente de 23 anos, procura atendimento no posto de saúde 3 meses após seu último parto, devido a quadro de febre há 40 dias, acompanhada de poliartralgias, vermelhidão na face, redução do volume urinário, edema de face e membros inferiores. O exame que tem maior probabilidade de ser positivo nesta paciente é
- (A) Anti-DNA.
 - (B) Anti-Ro.
 - (C) Anti-RNP.
 - (D) Antimitocôndria.
 - (E) Antimúsculo liso.
- 40 O mais frequente tipo histológico de câncer de tireoide é
- (A) carcinoma papilífero.
 - (B) adenocarcinoma.
 - (C) carcinoma folicular.
 - (D) carcinoma medular.
 - (E) carcinoma anaplásico.
- 41 Paciente obesa, diabética, hipertensa, de 62 anos, em uso de metformina 2g/dia e glimepirida 4mg/dia, necessita de ajuste de medicação devido manter glicemia de jejum de 238mg/dl e hemoglobina glicada A1c 9.4%. O ajuste indicado é
- (A) iniciar insulino terapia com insulina regular 0,3 unidades/kg.
 - (B) associar acarbose.
 - (C) manter o esquema e iniciar atividade física e dieta.
 - (D) associar dapagliflozina.
 - (E) substituir metformina por sildagliptina e manter glimepirida.
- 42 Jovem de 23 anos portadora de anemia falciforme, interna no hospital com quadro de dores musculares intensas, dor torácica, dor abdominal. São feitos exames que mostram 16.700 leucócitos, com RX de tórax apresentando condensação em base pulmonar direita. Além de tratar a infecção, a melhor conduta a tomar é
- (A) hidratação com soro glicosado a 10% + antiadesivo plaquetário.
 - (B) plasma fresco + analgésico opioide.
 - (C) hidratação com soluto fisiológico + analgésico + oxigênio.
 - (D) imunobiológico + antiespasmódico.
 - (E) pulsoterapia com corticoide + oxigênio.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

43 Paciente de 52 anos, diabético, hipertenso, apresenta exacerbação de insuficiência renal crônica, devido a infecção. Após melhora do quadro, em pausa dialítica há 5 dias, com creatinina de 3.2mg/dl e ureia de 138mg/dl, começa a apresentar quadro de desconforto respiratório. Ao exame clínico, verifica-se: Taquipneico, com os seguintes parâmetros: PA 140/90mmHg, FC 120bpm, FR 36irpm.

Ausculta cardíaca: RCR 3T (B4).

Ausculta pulmonar: sem ruídos adventícios.

Realiza gasometria arterial com o seguinte resultado:

- PH: 7.43
- PO₂: 126
- PCO₂: 15
- HCO₃: 12
- BE: -5
- Anion Gap: 24

O distúrbio apresentado na gasometria arterial é

- (A) acidose mista.
- (B) alcalose respiratória compensando acidose metabólica.
- (C) acidose respiratória descompensada.
- (D) alcalose mista.
- (E) acidose respiratória compensando alcalose metabólica.

44 O medicamento usado na profilaxia da pneumonia por *Pneumocystis* em pacientes com HIV é

- (A) fluconazol.
- (B) isoniazida.
- (C) doxiciclina.
- (D) glanciclovir.
- (E) sulfametoxazol-trimetropim.

45 Paciente de 69 anos é trazido pelo SAMU 4 horas após ter um desmaio e ficar com o lado direito paralisado. Após TC de crânio de urgência, que constata AVC isquêmico, a conduta que deve ser prioridade é

- (A) AAS.
- (B) Trombólise.
- (C) Heparina.
- (D) Clopidogrel.
- (E) Dexametasona.

46 Mulher, 42 anos, tabagista, em uso de anticoncepcional oral, à base de estrógeno e progesterona, tem maior risco de

- (A) câncer de colo de útero.
- (B) acidente vascular cerebral.
- (C) diabetes.
- (D) trombose venosa profunda.
- (E) hipertensão pulmonar.

47 O chá comprovadamente hepatotóxico é o de

- (A) sacaca.
- (B) canarana.
- (C) boldo.
- (D) sucuba.
- (E) quebra-pedra.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

48 Assinale a alternativa que mostra diferenças entre artrite reumatoide e lúpus eritematoso sistêmico.

AR (Z) LES (X)
1 – Artrite simétrica erosiva
2 – Pericardite
3 – Anemia hemolítica
4 – Anti-CCP
5 – Anti-SM

- (A) Z1 – X2 – Z3 – X4 – X5.
- (B) X1 – Z2 – X3 – Z4 – Z5.
- (C) X1 – X2 – X3 – Z4 – Z5.
- (D) Z1 – Z2 – Z3 – X4 – X5.
- (E) Z1 – X2 – X3 – Z4 – X5.

49 Paciente de 56 anos, diabética e hipertensa há cerca de 15 anos, em uso de medicação otimizada para diabetes, evoluindo com glicemia média de 128mg/dl, e hemoglobina glicada 7.0%, colesterol 210, HDL 58, LDL 140, triglicérides 156, ureia 58, creatinina, 1.3. As medicações de que necessita para reduzir o risco cardiovascular são

- (A) hidroclorotiazida + nebivolol.
- (B) fibrato + varfarin + bisoprolol.
- (C) AAS + estatina + captopril.
- (D) clopidogrel + estatina + hidralazina.
- (E) amlodipina + ômega 3 + vitamina D.

50 A patologia que tem indicação para tratamento de *H. pylori* é

- (A) gastrite enantematosa de antro.
- (B) câncer gástrico.
- (C) duodenite erosiva.
- (D) úlcera péptica duodenal.
- (E) doença do refluxo gastroesofágico.